

Estamos vivos aos olhos de Machado? – A ideologia através de pontos de vista sobre “Pai contra mãe”

¿Estamos vivos a los ojos de Machado? - La ideología a través de puntos de vista sobre "Pai contra mãe"

Are we alive to Machado? – Ideology through the eyes of “Pai contra mãe” criticism

Lucas Bento Pugliesi¹

Resumo

O presente artigo intenta apresentar alguns aspectos de duas passagens da recepção do conto “Pai Contra Mãe” de Machado de Assis, incluído no volume *Relíquias de Casa Velha* (1906). Em um primeiro momento, é revisitada a fortuna crítica para pensar o saldo de leituras recentes acerca do conto, reavaliado por seu viés de denúncia contra as mazelas da escravidão (BOSI, 1999; DUARTE, 2008; MANGUEIRA, 2010; SCARPELLI, 2013). Por outro, espera-se reintroduzir ao público atual as discussões que os contemporâneos de Machado travaram acerca do referido conto, em especial a partir da análise pontual de um comentarista pouco conhecido, o jurista e historiador da escravidão Evaristo de Moraes (1917). A partir da comparação de ambas as recepções, espera-se confrontá-las para notar o que há de semelhança ou de diferença reversível entre elas e, assim, abrir espaço para uma leitura dialética do conto (e mais especificamente de seu desfecho), mais interessada na representação da ideologia do leitor do que, como costumeiramente se tem feito, desvelar a ideologia (ou contra-ideologia) do narrador.

Palavras-Chave: Machado de Assis; Recepção; Literatura Brasileira

Resumen

El presente estudio intenta presentar algunos aspectos de dos pasajes de la recepción del cuento "Pai contra mãe" de Machado de Assis, incluido en el volumen *Relíquias de Casa Velha* (1906). En un primer momento, se revisa la fortuna crítica para pensar el saldo de lecturas recientes acerca del cuento, reevaluado por su sesgo de denuncia contra las molestias de la esclavitud (BOSI, 1999; DUARTE, 2008; MANGUEIRA, 2010; SCARPELLI, 2013). Por otro lado, se espera reintroducir al público actual las discusiones que los contemporáneos de Machado trabaron acerca de dicho cuento, en especial a partir del análisis puntual de un comentarista poco conocido, el jurista e historiador de la esclavitud Evaristo de Moraes (1917). A partir de la comparación de ambas recepciones, se espera confrontarlas para notar lo que hay de semejanza o de diferencia reversible entre ellas y así, abrir espacio para una lectura dialéctica del cuento (y más específicamente de su desenlace) más interesada en la representación de la ideología del lector de lo que, como acostumbradamente se ha hecho, desvelar la ideología (o contra-ideología) del narrador.

Palabras claves: Machado de Assis; Recepción; Literatura Brasileña

Abstract

This paper aims to present some aspects of two moments of the reception of the short story "Pai contra mãe" by Machado de Assis, included in the volume *Relíquias de Casa Velha* (1906). At first, critical fortune is reviewed to reflect upon recent readings of the short story, reassessed by its bias of denunciation against the nuisances of slavery (BOSI, 1999, DUARTE, 2008, MANGUEIRA, 2010, SCARPELLI, 2013). On the other hand, it is

¹ Mestre em Literatura Brasileira; Professor substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; lbentopugliesi@gmail.com.

expected to reintroduce to the current reading public the discussions that Machado's contemporaries worked on about this same short story, especially from the point of view of a little-known commentator, the jurist and historian of slavery, Evaristo de Moraes (1917). From the comparison of both receptions, it is expected to confront them to note what there is of resemblance or reversible difference between them and thus, open space for a dialectical reading of the story (and more specifically of its outcome) more interested in the representation of the ideology of the reader than the ideology (or counter-ideology) of the narrator.

Keywords: Machado de Assis; Reception; Brazilian Literature

1. Introdução

Com algum risco talvez seja possível defender que a questão do “olhar” converte-se em um dos problemas centrais da crítica literária brasileira no que concerne à representação do “real” na literatura. É possível traçar uma linha que passe pelo olhar da “formação” de um ponto de vista crítico nacional ao olhar do observador que analisa o lugar das ideias. Em esteira divergente, mas não necessariamente contraditória, os estudos identitários parecem também disputar, precisamente, a hegemonia do mesmo olhar.

Nesse sentido, a partir de uma ligeira revisão bibliográfica dos comentários tecidos acerca do conto “Pai Contra Mãe”, contido em *Relíquias de Casa Velha* (1906), espera-se demonstrar aquilo que se viu nos olhos de Machado de Assis, isto é, a ideologia latente nas interpretações da opinião do autor. O conhecido conto trata da perseguição do caçador de escravos Cândido Neves à escrava fugida Arminda. A escrava grávida clamará pela piedade de Cândido que, movido pelo interesse econômico – a garantia da possibilidade de criação do filho e da reversão da necessidade de entregá-lo à adoção –, ignora as preces da escrava, arrastando-a pelo centro do Rio de Janeiro até a casa de seu senhor, onde Arminda aborta.

Como proposta de trabalho, penso a validade de se analisar a disputa pelos “olhos” do autor, travada ferreamente nas últimas duas décadas. De um lado, há um interesse em reivindicar ideologicamente o narrador de Machado em vias de reavivar a consciência do autor, mediada por seus narradores, e aquilo que de pertinente este ainda nos pode comunicar. Por outro, como dialeticamente demonstrou Alfredo Bosi (1999), nesse gesto há o risco do sequestro do “olhar” – enquanto signo de mobilidade, sempre em vias de tornar-se e, portanto, resignificar seus princípios –, isto é, o risco da conversão do olhar no estático “ponto de

vista”, apaziguado e interpretado de modo categórico. Como caminho crítico, espera-se confrontar os pontos de vista sobre o conto, de maneira a encontrar o que resta (ou que poderia restar) ali como conteúdo ético especulativo.

2. Machado e a escravidão

“Pai Contra Mãe” tem sido paulatinamente subsumido na discussão acerca da representação da escravidão (e dos escravos) na obra de Machado. Seja para encontrar aí um manifesto que salve o autor da apatia acerca do tema, seja para reafirmá-la, como o faz, após ponderações, Domicio Proença Filho em texto fundamental dedicado à posição e à representação do negro na literatura brasileira:

Já a posição de Machado de Assis tem merecido considerações especiais. Há quem defenda que o fato de um mulato ter-se tornado um dos maiores, senão o maior dos escritores brasileiros, é altamente significativo para a causa da afirmação da etnia, embora não se encontre em sua obra ficcional uma assunção ideológica nesse sentido. Outros criticam a ausência em seus textos de problemática ou temática negra positivamente dimensionada e vergastam o seu branqueamento, numa atitude tão racista quanto a que discrimina os negros. Outros mais consideram que a sua crítica mordaz à sociedade brasileira de seu tempo revela um modo de participação que o vincularia a uma certa literatura-denúncia. De minha parte, entendo que a literatura machadiana é indiferente à problemática do negro e dos descendentes de negro, como ele. Mesmo os dois contos que envolvem escravos, "O caso da vara" e "Pai contra mãe", não se centralizam na questão étnica, mas no problema do egoísmo humano e da tibieza de caráter. Os demais tipos negros ou mestiços participam como figurantes em histórias que, no nível do conteúdo manifesto ou do realismo de detalhe, constituem reflexo da realidade social que pretendem retratar. O distanciamento se evidencia também no espaço da crônica. (PROENÇA, 2004, s.p.)

Proença Filho é sutil na sua argumentação; denega, de princípio, que possa haver qualquer “assunção ideológica” do Machado de Assis (aqui tido como ator histórico-social) no que concerne à escravidão. Ao deslocar, na primeira afirmação, a discussão da ficção à figura histórica do autor, Domicio Proença Filho apresenta ao leitor, como um dado (e, portanto, indiscutido), uma tripartição de posições (indiferente – branqueado – engajado através de subterfúgios) para que, ele mesmo, enquanto narrador, possa assumir para si uma delas, mais próxima da primeira. Não discute a importância de um escritor negro ser considerado, possivelmente, o maior das letras nacionais; apenas subsume o indiferentismo no que concerne à representação. Independentemente da avaliação de valor de verdade quanto à proposição, penso que essa tripartição é produtiva para pensar a crítica que sucedeu às investigações do autor que, preferencialmente, tem enxergado em Machado a referida “literatura-denúncia” da sociedade do seu tempo (que incluiria, também, uma denúncia contra a escravidão).

Ainda como uma última nota sobre o brevíssimo parágrafo do autor, é o caso de pensar seu gesto crítico em apresentar a própria posição e justificá-la com o excerto de uma crônica machadiana (que suprimi da citação) que não é comentada. Mais uma vez, entregando ao leitor um dado apreensível no empirismo da leitura. O indiferentismo está lá, basta ler. Do mesmo modo, na descrição empírica dos costumes do tempo, Machado teria registrado sem deformação algum aspecto contingente da escravidão – esse potencial “mimético” de sua ficção, como discutirei, aparece desde Sílvio Romero na recepção machadiana.

Contra a leitura de Proença Filho, Eduardo Assis Duarte, em seu esforço em pensar uma literatura afro-brasileira, enxerga em Machado uma posição veemente que funde seu narrador intratextual ao abolicionista histórico que terá sido o autor:

Já Machado de Assis que, como funcionário do governo imperial, ostenta uma postura irrepreensível ao propiciar a libertação de inúmeros cativos, adota em seus textos um ponto de vista coerente com seu procedimento de cidadão. E a acusação de omissão que muitos tentaram lhe impingir cai por terra diante das centenas de matérias abolicionistas publicadas pela Gazeta de Notícias, órgão do qual era um dos sócios. E mais: em suas crônicas, sempre que aborda o cativo, acrescenta elementos judicativos, que ora lamentam a condição dos escravos, ora louvam a filantropia dos que os libertam, ora criticam os que apoiam ou se beneficiam do sistema [...] (DUARTE, 2008, p.17)

Apoiando-se na leitura de Chaloub, o historiador da literatura primeiro resgata fontes primárias da atividade periodística de Machado para observar sua coerência, a partir de sua descendência, em relação ao abolicionismo. Como suplemento ao sobrepeso da ação histórica, as mesmas crônicas, “indiferentes” para Proença Filho, são trazidas à baila para observar um tom moralista do narrador que se sensibiliza diante dos malogros da escravidão, tomando o lado do oprimido. A isso se soma o comentário sobre os dois contos que tratam de modo evidente sobre o tema, qualificando “Pai Contra Mãe” como “contundente”. Dada a natureza panorâmica do artigo, o comentário breve se subtrai de citar as passagens das crônicas onde se observaria não o indiferentismo, mas a condescendência.

Outra chave-de-leitura, na esteira da denúncia, diria respeito às reinterpretações da obra de Machado de Assis à luz das considerações sociológicas de Roberto Schwarz, em especial, naquilo que concerne à representação da sociedade de época como indício do rijo escrutínio da consciência do narrador. Representante desse viés interpretativo é o artigo “Nem todas as crianças vingam: relação social em ‘Pai contra Mãe’”, de José Villian Manguiera (2010). Ao deter-se sobre a configuração textual do narrador, afirma o autor:

Em tudo isso [descrição dos instrumentos de tortura], escapa ao narrador o relato do sofrimento dos escravos quando submetidos a tais torturas. Mas, dentro do conto, isso é irrelevante, uma vez que estas práticas grotescas eram justificadas como

mantedoras da "ordem social e humana". É nesse mascaramento do brutal que reside a ironia do texto, conferindo ao narrador o sentimento da parte dirigente da sociedade do sistema escravocrata do Império brasileiro: toda essa brutalidade não passava de pura necessidade por parte dos poderosos; algo que deveria acontecer para que a ordem social, por eles estabelecida, fosse mantida e nada saísse do eixo. Agindo assim, o narrador traz para o texto a ideologia dos escravocratas; mas a sua narrativa acaba, como acontece em Memórias Póstumas de Brás Cubas, denegrindo a camada social dominante, fazendo com que o leitor, diante de tanta crueldade, tenha uma posição de indignação. Fazendo uso do pensamento e das ações dos senhores, o narrador se distancia de um posicionamento crítico individual, deixando para o leitor a função de julgar o que está no texto. (MANGUEIRA, 2010, p. 6)

O que o autor entrega como definido é o conceito de “ironia”, que aqui parece sinônimo de um contradiscurso, próximo da definição tradicional da retórica que vê na ironia a figura de linguagem que dá a entender o oposto do que se está afirmando. Sem ponderações, pelo negativo, o tom impessoal e frívolo que evidencia sem reservas o absurdo da ideologia escravista daria a ver ao público a naturalização daquilo que há de mais anti-natural. Manguiera também não define a qual leitor se refere: o histórico, do horizonte de expectativa primeiro no qual o conto foi gestado, ou o projetado num porvir, que, então munido de sensibilidade democrática, pode voltar-se ao texto e encontrar ali essas marcas de denúncia.²

Observando as tensões do narrador machadiano, entre a ironia crítica e a denúncia “escancarada”, o pungente texto de Marli Fantini Scarpelli – talvez dos mais originais que se produziu sobre o tema –, “‘Pai Contra Mãe’ de Machado de Assis: a negativa das negativas” (2003), pensa o conto de uma perspectiva pós-colonial que daria a entrever o desrecalque de uma identidade subalternizada. Seu comentário sobre “Pai contra mãe” se abre com a poderosa síntese:

Em correspondência com o título, negros insurgentes são massacrados por seus “senhores” brancos, que preferem tirar-lhes a vida a perder poder sobre eles. Terminado o conto, subsiste a sangrenta imagem de uma criança natimorta, frontal e inassimilável metáfora de afro-descendência abortada (M. DE ASSIS, 1974, p.659-667). (SCARPELLI, 2003, p.124)

A intenção do desrecalque se evidencia por esse enfático uso do plural, no qual a consciência de todos os amordaçados pela máscara-de-flandres, descrita tão

² Este é o caso da leitura de Rita Ciotta Neves em “‘Pai contra mãe’ de Machado de Assis: um grito contra a escravatura” (2006), em que é justamente a imparcialidade do narrador, tão próximo à transparência da ideologia, que permite sentir (mais do que ver) o horror da situação expressa: “O frio ‘bom senso’ de Candinho e a sensação de ‘normalidade’ criada pelo final feliz contrastam violentamente com a sensação de horror que constitui, em última análise, a verdadeira característica do conto.” (NEVES, 2006, p. 37). Em movimento semelhante ao de Manguiera, Rita Neves não evidencia quem é acometido pela “sensação de horror” ou o que significa tomá-la como “verdadeira característica do conto”. De modo empírico, omitindo a citação, o efeito retoma ao âmbito da leitura ingênua, aparentemente idêntica para qualquer leitor, sem enxergar aí necessidade de definição.

pormenorizadamente no conto, encontraria na consciência do narrador um veículo de vazão. Outro ponto que chama a atenção é o recurso à paráfrase. Scarpelli descreve a criança abortada como uma imagem “frontal” e “inassimilável” impressa, possivelmente, na retina do leitor após o término do conto. Scarpelli não cita diretamente, mas aponta a referência textual, como se o leitor interessado pudesse verificar, empiricamente, a descrição dada pela autora. Uma vez mais, a imagem está lá para chocar quem a ler. Nessa margem interpretativa, a autora percebe um “proselitismo” e as marcas de um “ficcionalista social”. Se a crítica muito se debruçou sobre a reciclagem ruínosa do moralismo do século XVII na obra de Machado de Assis, a autora, em contrapartida, lê na ausência de qualquer anteparo moralizante, na representação crua e “inassimilável”, o desvelo da ideologia. Como se, uma vez mais, a imagem falasse por si. Scarpelli projeta o horror sobre o texto, precisamente naquilo que Proença Filho leria como indiferentismo. Até aqui há certo empirismo da leitura que parece naturalizar um efeito (subjetivo) que o conto possa ter gerado sobre o corpo. Como se a crueza da imagem fosse suficiente para dar conta da moral do narrador, do ponto de vista do narrador e, por extensão, do ficcionalista – “[...] o Machado implícito neste conto avulta como ficcionalista social” (idem, *ibidem*, grifo meu).

Sobre o tema, Alfredo Bosi tece algumas considerações em seu mais famoso (e talvez importante) ensaio sobre Machado de Assis, “A máscara e a fenda”. Em um primeiro momento, o crítico dá a ver a dialética entre o plano social e o plano natural conforme exposta em “Pai Contra Mãe”, isto é, a sobreposição antagônica do interesse de classe sobre o interesse da vida. De um lado, o branco livre, caçador de escravos que caça para manter sua posição social e o direito sobre a prole; de outro, Arminda, escrava fugida, que luta para preservar a mesma instância “natural” da maternidade. A complementaridade de posições afins se transforma em antagonismo em uma sociedade de livre concorrência possível, mesmo diante da escravatura. A vida (social) de um se paga com a morte (natural) do outro (BOSI, 1999, p.123). Ao comentar a consciência reguladora do conto, Bosi abre sua apreciação ponderada que visa esclarecer o conceito que nomeia o livro no qual está inserido o ensaio – *O Enigma do Olhar*. Enxerga o autor dois níveis de consciência no narrador, um no qual desponta o fatalismo do fim de século que começa a temer o “fim da história” como o eterno retorno do mesmo a despeito da possibilidade evolutiva que acompanhou a modernidade de Voltaire a Herder, passando por Kant e, talvez, Hegel. Nesse ponto, o narrador machadiano seria conformado a uma ideologia pessimista aproximada aos diversos críticos da

modernidade, em especial Leopardi, cujas potenciais figurações são caras à interpretação de Bosi da obra machadiana (BOSI, 1999, p. 124).

Como outro nível de consciência, dá-se o que Bosi chama de “contra-ideologia”, aquilo que se pode ler para além da transparência de linguagem, ou, na bela síntese do autor:

O segundo nível, de extração contra-ideológica, trabalha a contrapelo a realidade moral onde tomam corpo os enredos e as personagens. A contra-ideologia só pode ser apanhada, no texto de Machado, quando ele tenta escondê-la. O seu modo principal é o tom pseudoconformista, na verdade escarninho, com que discorre sobre a normalidade burguesa. (BOSI, 1999, p. 124)

Como salienta o crítico, a ideologia revela-se no momento em que o narrador insistentemente apresenta um tom providencial e organicista que legitima todas as ações à custa da violência e da bruteza. Ao insistir no aspecto natural que guia as ações sociais de suas personagens – o advérbio “naturalmente” é repetido incisivamente ao longo de “Pai Contra Mãe” –, Machado dá a ver a convenção e o artificialismo da vida burguesa em seu discurso autolegitimante. À guisa de conclusão, afirma Bosi:

Como ajuizar o ponto de vista do autor se nele convergem o ideológico do fatalismo e o contra-ideológico do escárnio? Machado certamente não é utópico nem revolucionário [...] ele nada propõe, nada espera, nada crê. Mas tampouco é conformista, como pode tantas vezes parecer: o narrador não escamoteia a crueza desumana com que o sistema se reproduz nem os sofrimentos que causa nos vencidos. (BOSI, 1999, p.125)

Na convergência entre ideologia e contra-ideologia, Bosi parece reaproveitar a tese acerca do ponto de vista em Flaubert, conforme sedimentada por Erich Auerbach (2013), segundo a qual no ausentar-se do narrador é possível enxergar com transparência o sistema de crenças que sustenta a representação. De um lado, o impulso niilista, de outro, as determinantes históricas que o conformaram. O narrador (e por extensão o autor) seria uma figura trágica, crítica e autocrítica, incapaz de enxergar adiante do presente sem uma remissão derrotada ao passado. Em última instância, Bosi afasta da narrativa o “conformismo” que só existe para mascarar a contra-ideologia que evidencia. Ao apresentar o conformismo, o narrador explicitaria ao leitor a mazela à qual o mesmo está exposto. Mais uma vez, contudo, algo não parece evidente na interpretação. Refiro-me ao mecanismo de leitura que permita enxergar essa evidência; essa necessária evidência de que o texto diz mais do que diz, o que Bosi chama, reabilitando a primeira recepção do autor, de “humor” (BOSI, 1999, p. 126).

Por diferentes que sejam as interpretações do conto (e do ponto de vista machadiano) apresentadas até aqui, todas se calcam em certo empirismo não explicitado. O conformismo indiferente de Domício Proença; a denúncia militante para Assis Duarte; a ironia contra-

ideológica para Mangureira; a crueza traumática para Scarpelli; a dialética entre ideologia e seu negativo, o conformismo irônico, de Bosi. Por relevantes e inventivas – os autores não se citam mutuamente –, todas partem de uma recepção individual e não debatida com a tradição, tomando esse átimo de leitura como valor de verdade. O modo como o narrador apresenta a matéria do conto é unívoco, ainda que precise ser desvelado, criticado, interpretado. O efeito primeiro do ato de leitura não entra em discussão, de modo que se pode inferir a primazia desse primeiro efeito como guia, pedra angular, sobre a qual se funda qualquer crítica possível.

Para todos os comentadores citados, a primeira leitura “ingênua” dá as condições de possibilidade da interpretação. Todos os autores remetem ao texto como que admitindo que, no empirismo da leitura, o olhar do leitor poderá concordar com o olhar do crítico. Ao mesmo tempo, o que passa despercebido é que os críticos citados não divergem somente na interpretação do conto, mas também nessa leitura mais elementar.

Se aceitarmos esse guia insuspeito, esse insignificante palpite empírico como condição necessária – mas não suficiente – para elaborar-se a leitura do conto, então penso que é de extrema valia e utilidade regressar aos leitores primários de Machado de Assis e ponderar como o conto foi lido em seu particular horizonte de expectativa. Ou seja, em que medida aquilo que os críticos elencados entenderam como “denúncia explícita”, “ironia” ou “indiferentismo” foi também assim compreendido pelo público ao qual Machado se endereçou concretamente.

3. O que nós vemos...

Meu percurso pela recepção primeira de Machado não será longo, nem tem qualquer pretensão de exaustão. Pretendo me focar nos esparsos comentários feitos a respeito do referido conto do autor, via de regra, preterido em relação à poesia e aos romances tardios. O recuo a textos críticos publicados entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX tem uso meramente instrumental e didático. Penso que podem colocar em questão o referido efeito de leitura como um dado sensível de fácil apreensão. Para tanto, retomo três momentos: o comentário geral de Sílvio Romero, espécie de arquivo incontornável para os críticos posteriores; o resumo das conferências de Alfredo Pujol sobre o autor; a glosa detida e interessada de Evaristo de Moraes que discute “Pai conta mãe”, precisamente, no contexto da representação da escravidão.

Principiemos pela obra seminal *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira* (1897), de Sílvio Romero, que se preocupou em contradizer o traço positivo do humour machadiano (em última instância, negar sua presença), valorizado positivamente pela “capelinha fluminense” (autores da capital imperial, como Machado e José Veríssimo), para, em contrapartida, resgatar algo do analista psicológico, do autor afim à dignidade humana e do cronista social que desponta do conjunto de páginas coligadas por Machado. Isto revela muito, senão sobre o “método crítico de Sílvio Romero”, ao menos sobre os critérios estéticos e ideológicos que motivaram a polêmica sustentada pelo autor. Em artigo de revisão bibliográfica sobre o tema, afirma Schneider (2016):

A partir desse horizonte interpretativo, [Romero] enxergou no *humour* machadiano a imitação afetada dos autores ingleses, em desacordo com o “caráter” do povo brasileiro, supostamente mais afeito à “sátira” do que à ironia: “o temperamento, a psicologia do notável brasileiro não são os mais próprios para produzir o *humour*, essa particularíssima feição da índole de certos povos”. Tampouco o humor de Machado seria “compatível com as nossas raças ibero-áfrico-americanas”. (2016, p. 61-2)

Como reafirma Schneider, o viés interpretativo de Romero pressupõe a recepção do cientificismo de fim de século, postulando uma identidade desejável e comprometida com as lutas sociais que entraria em choque com o desenraizamento europeizante de Machado. Antecipando-se possivelmente a desdobramentos críticos posteriores, Romero não apenas aponta o “macaqueamento” afetado do humour dos povos do norte na prosa de Machado, mas revela, baseando-se em críticos literários estrangeiros, a má imitação machadiana, tomando para si o humour como sorte de ideologia de segundo grau:

Se se tomar o termo inglez *humour* no sentido etymologico, verdadeiro e mais extenso, achar-se-ha que elle exprime, n’um escriptor, uma queda especial em se deixar affectar, em commover-se, em experimentar certo *humor* (*humour*) a proposito de qualquer acto do entendimento e de maneira a reduzir por essa fórma o jogo e a importancia das operações mais intimamente intellectuaes.

Um escriptor humoristico será, portanto, um homem que tende a não experimentar, e, pois, a não reproduzir cada uma de suas sensações, de suas idéas, de suas imaginações, de suas percepções totaes ou fragmentarias, senão sob a fórma de sentimentos, d’ affectos, de paixões, d’emoções d’aversão, ou pavor, ou compaixão, ou interesse, ou alegria, e que se commove dess’ arte constantemente, e, no sentir de espiritos d’outra tempera, sem motivo, sem razão.

Onde no fleugmatico autor das *Phalenas* e de *Varias Historias* existe essa hypertrophia da sensibilidade, esse dom de colorir d’emoção, de dôr, d’ affecto, de colera, d’enthusiasmo, de paixão, as idéas que lhe atravessam o cerebro? (ROMERO, 1897, p. 135)

A passagem é emblemática ao demonstrar o procedimento profundamente ideológico de Romero que prefere a suposta etimologia da palavra *humour* em detrimento de seus usos programáticos no século XIX. Assim, Romero inverte a doxa crítica, definindo *humour*,

categoria essencial para os comentadores da obra machadiana, como aquilo que precisamente o autor *não* possui. Ao retirar do *humour* qualquer relação com “operações mais intimamente intelectuais”, Romero define certa silhueta de um escritor desejado que se subtrai de juízos elaborados em prol de uma descrição “honestá” da cor local e da sociedade – como se evidenciará a seguir. A despeito da sempre reafirmada descontinuidade da Escola de Recife com o romantismo, a definição de Romero do *humour* parece condensar sorte de imaginário romântico (que não necessariamente corresponde ao romantismo histórico), demonstrando seu profundo tributo a uma noção de enraizamento telúrico como característica fulcral do ficcionista. Simultaneamente, na passagem, Romero inaugura, talvez, a figura do Machado *indiferente* completamente desprovido das paixões que caracterizam o *humour*, sendo incapaz de escrever de modo direto – ou seja, de modo que traduza seus sentimentos no papel –, preferindo uma distância “livresca” e afetada que media o contato com sua consciência genuína – nas palavras do comentador, “costuma enroupar nas vestes de um peculiar humorismo, aprendido nos livros, e a que dá também por vezes uns ares de pessimismo, também aprendido de estranhos” (ROMERO, *idem*, p.345). O crítico sergipano enxerga, portanto, o escritor frio, não engajado, incapaz de se afetar senão por uma ironia igualmente fria.

Ao Machado mau imitador que se apropria através de uma pretensa universalidade dos modelos europeus incompatíveis com a cor local, Romero opõe aquele que emana espontaneamente do ator histórico:

O que é seu, o que existe no seu espirito, como qualidades naturaes, como bases de seu temperamento, vêm a ser o talento da analyse psychologica, uma espontanea sympathia pela dignidade humana, a facilidade de generalisar os factos e as idéas, o que tudo dá ao complexo de sua obra certo sainete moralisante, que o humour e o pessimismo emprestado não têm força de apagar. (ROMERO, *idem*, p. 345)

Romero quase atribui a Machado um conjunto de características encontráveis na figura do cientista, isto é, a capacidade de síntese e abstração, a propensão à análise, o comprometimento com a descrição positiva (e talvez, positivista) do real. Curiosamente, também e desde Romero, Machado importa mais por aquilo que deixa entrever para além da “ironia” e do “pessimismo” que o crítico sergipano, se pudesse, talvez articularia sob a égide do conceito de ideologia.

Esse traço dignificante do espírito do Machado analista é justificado, na argumentação de Romero, pela apresentação extensa de trechos de obras do autor que capturariam a descrição positiva dos costumes – “É delicioso como côr local e veracidade de observação”

(ROMERO, *idem*, p.332), diz a respeito de uma passagem em prosa. Uma vez mais, o que há para ser interpretado como valor pode ser visto através do ato empírico da leitura de longos excertos não analisados, que atestariam, uma vez mais, cumplicidade entre crítico e leitor no momento de reflexão sobre o texto. A “verdade” textual pressuporia a reflexão imediata do real na superfície do escrito, verificável por qualquer leitor do período – Machado é bom quando “faz a narrativa sobria, elegante, lyrica dos factos que inventou ou copiou da realidade” (ROMERO, *idem*, p. 347).

Com intenções menos polêmicas e mais laudatórias, Alfredo Pujol publicou suas conferências sobre Machado de Assis em 1917. Na derradeira conferência dedicada às últimas obras do autor, Pujol reserva espaço especial para “Pai contra mãe” nos breves comentários tecidos acerca de *Relíquias de Casa Velha*:

Os contos são do tempo dos melhores que saíram de sua penna. Um só bastaria, *Pae contra Mãe*, cheio de vigor e colorido, para dar vida ao livro.

É um episodio da escravidão, dos raros que conservou a nossa literatura, lembrando aquellos dias torvos de impiedade e vergonha (PUJOL, 1917, p. 309)

O “colorido”, pode-se inferir, talvez diga respeito à conhecida discussão acerca da cor local, da representação fidedigna dos costumes, hipótese que ganharia força com o parágrafo seguinte no qual se atesta a validade do conto enquanto documento histórico dos “distantes” dias da escravidão. Pujol se subtrai de comentar o tom empregado pelo narrador do conto, a aparente frieza observada por Romero, preferindo imprimir a longa passagem da narrativa que falaria por si só.

Menos econômico é, por fim, Evaristo de Moraes, que se interessa por “Pai contra mãe” naquilo que tange precisamente à discussão da representação da escravidão. Em seu ensaio “A escravidão nas Bellas Letras”, emite o seguinte parecer sobre Machado:

Pois bem, Machado de Assis, fazendo varias referencias a escravos e a factos da escravidão, nunca se deteve deante de uns e outros, nunca pareceu impressionado com a condição servil de algumas de suas personagens secundarias.

O negro na sua obra, perpassa sem deixar recordação no espirito do leitor. A escravidão é entrevista com amavel serenidade, como um facto definitivo, como uma situação fatal da raça africana e dos seus descendentes. Si Machado de Assis tinha, como ha quem pretenda, alguma idéa acerca do temeroso problema que sómente foi resolvido a 13 de Maio, ninguem, atravez dos seus escriptos, logrou divulgá-la. (MORAES, 1917, p. 62)

Moraes é implacável com o conjunto da obra do autor fluminense. Com notas de acidez, observa não só a frieza, mas certo fatalismo conformista na descrição da escravidão da obra de Machado, tomada enquanto fato incontestável que o desprenderia de seus pares mais

engajados, a quem Moraes reservou lugar prestigioso (caso de suas apreciações sobre a prosa de Bernardo Guimarães). É válido notar que os juízos de Moraes se calcam em análise comparada de diversas obras do século XIX, sem render-se ao proselitismo barato dos saraus pretensamente abolicionistas. Seu critério de validação literária, como se nota em sua crítica a Macedo, pressuporia um engajamento no âmbito da representação e não da moralização. Para Evaristo de Moraes seriam preferíveis os autores que denunciaram através de vívidas pinturas as mazelas do horror escravista ao palavrório vazio e sentimental de praça pública: “É pena que Macedo abra constantes parenthesis nas descrições dos caracteres, para discorrer, como moralista e como sociólogo, contra a escravidão. As pinturas por si mesmas, fallariam, e mais eloquentemente” (1917, p. 54).

Nesse sentido, compreende-se sua recusa quase integral à obra de Machado de Assis, que teria empregado um tom absolutamente ameno, incapaz de chocar o leitor, em sentido que a “pintura” não serviria à denúncia, anulando assim o próprio propósito catártico que parece se reservar ao ficcionista – atado, ao que tudo indica, a um critério retórico de comoção, na valoração de Evaristo de Moraes. Tal insatisfação se traduz também na contestação de informações “históricas” oferecidas pela prosa machadiana; ao comentar a referida descrição de instrumentos de tortura escravistas, afirma:

O instrumento de castigo, tão *simplesmente* descripto por Machado de Assis, nem sempre era inoffensivo. [...] A respeito, ha uma descrição mais minuciosa do que o romancista patricio. Pode ser lida na obra, por vezes severa, mas sincera e franca, de Charles Expilly, já citada. (MORAES, *idem*, p. 63, grifo meu)

A oposição do *simplesmente*, da descrição machadiana, ao “sincero e franco”, que caracteriza a obra de Expilly, indica o comprometimento do segundo com a correção “realista” em detrimento do falseio – intencional ou não – fatalista da descrição de Machado. A única ressalva feita por Moraes diz respeito ao desfecho de “Pai Contra Mãe”, na qual o autor observa que “ha, todavia, um traço de emoção, produzida pelo captiveiro” (MORAES, 1917, p. 62). O narrador, ao descrever o aborto de Arminda, compadeceria de sua perda a partir de uma descrição evocativa de “terror”. O que se observa ainda nos comentários de Moraes é o elogio pela “feição histórico-descritiva” (*idem*, p. 63), enxergando nos “gestos de desespero do dono” a tradução do momento anterior à Lei do Ventre Livre, que justificaria o horror do proprietário diante da “propriedade danificada”. Na interpretação de Moraes, do ponto de vista do escravista o sofrimento só poderia ser efeito de uma causa, lógica, o extravio de sua propriedade. A lógica determinística do real deveria passar ao âmbito da causalidade verossímil da ficção. Nesse gesto de desespero, Moraes enxerga um Machado

“correto” que se desvencilha de suas frias descrições inexatas, pouco comprometidas com a representação da escravidão.

Por fim, vale ressaltar a tese apresentada por Moraes que permite emoldurar sua interpretação da escravidão:

Toda gente medianamente culta e sincera reconhece que a escravidão no Brasil foi factor importantissimo da nacionalidade, por circunstancias que em nenhuma parte, onde houve tal instituição, se encontraram reunidas:

- a) persistencia do trafico até meiado do seculo XIX;
 - b) intenso cruzamento da raça civilizadora com a raça escravizada;
 - c) estabelecimento de um regimen de producção economica basicamente assente no trabalho escravo;
 - d) demora na extincção legal do captiveiro.
- A circunstancia indicada sob a letra B explica a enorme influencia da escravidão no meio familiar, em que filtrou, ao mesmo tempo, certa dose de ternura e innegaveis elementos de dissolução. (MORAES, 1917, p.47)

Esquemáticamente, Evaristo de Moraes acompanha o veio possivelmente aberto por Sílvio Romero que enxergou, contra os historiadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) geração precedente, o peso da influência da matriz africana na “formação” do povo brasileiro. O primeiro parágrafo que institui a partilha com o público – além de estratégia retórica elementar – evidencia o caráter ideológico da proposição que se distanciaria da especificidade teórica que a ela se costuma atribuir. Em certo sentido, como se nota pela proposição e pelos comentários acerca da obra de Macedo, Moraes preconiza a representação do escravo que siga certa gramática do corpo, que faça jus às condições da escravidão enquanto desastre histórico real e incontestável³. A partir dessa visada ideológica, pode-se entender o traço de “emoção”: para Moraes, Machado lida bem com a escravidão quando pinta como “vítima” Arminda conduzida brutalmente ao aborto. Nesse ponto, a avaliação de Evaristo de Moraes se superpõe à de Sílvio Romero acerca da frieza do autor ao lidar com o tema, ao mesmo tempo em que enxerga “calor”, “cor”, quando Machado se propõe a um modo de representação da vítima. Quando Machado se comprometeria, empiricamente, de modo incontestável, com a denúncia.

³ Em seu comentário sobre Macedo, Moraes critica a inverossimilhança da fala dos escravos, mas elogia suas ações condizentes à condição de “baixeza” na qual se encontravam imersos: “Embora como succede em todos trabalhos que vamos analysando, os traços dos caracteres não sejam firmes e a linguagem dos escravos seja, por vezes, *incompativel* com a baixeza de sua condição, no romance Lucinda ha varios episodios bem observados” (*idem*, p.58). Os episódios “bem observados”, portanto, bem extraídos do “real”, diriam respeito às explicações, a partir do cativo, das “amoralidades” cometidas pelos escravos. Entende-se, portanto, a instituição da escravidão como corruptora dos indivíduos a ela expostos, retirando deles sua possibilidade de dignidade.

Sem qualquer intenção primária de polêmica, penso que o texto de Evaristo de Moraes é revelador na medida em que evidencia o problema do olhar aludido no começo do presente texto. Ao tomarmos, uma vez mais, a literatura como denúncia, herdamos, como um arquivo insuspeito, esse ponto de vista ideológico incontornável que, de Joaquim Nabuco, passando por Sílvia Romero até Gilberto Freyre, traça uma mitologia da vítima, uma tipologia da vítima. A tríade de Domício Proença Filho que aventava a possibilidade do autor *branqueado* (cúmplice da ideologia), indiferente ou engajado por artifícios narrativos não é de sobremaneira nova, mas reelabora o arquivo. Complexifica a teia crítica que frequentemente incide sobre o texto para atingir o ator histórico que parece se recusar a *participar*. Que parece se recusar a se enunciar. O narrador de Machado, pouco “sincero e franco” para Evaristo de Moraes, se contraporia à coerência encontrada por Eduardo Assis Duarte entre o abolicionista e o ficcionista. Em todos esses juízos, o Machado biográfico é indispensável para legitimar o ato, aparentemente empírico e descompromissado, de leitura. Só assim faz sentido que o mesmo desfecho tenha suscitado emoções diversas, ora servindo à acusação de frieza, ora alimentando a paixão inflamada e vindicatória.

O que parece haver de saldo é uma impossibilidade de escapar a essas posições estabelecidas desde os juízos críticos primeiros. E se, especulativamente, mais importantes do que os olhos de Machado fossem os nossos olhos?

4. ... E o que nos olha

Arminda caiu no corredor. Allí mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil reis de gratificação. Candido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil reis, enquanto o senhor novamente dizia á escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dôr, e após algum tempo de luta a escrava abortou.

O fructo de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Candido Neves viu todo esse espectáculo. Não sabia que horas eram. (ASSIS, 1906, p. 16)

A alusão à frieza de Candido Neves à luz do evento, ainda preocupado com o avançado das horas, a qualificação de “espetáculo”, o vocabulário neutro e a descrição sucinta parecem ativar o palpito empírico observado por tantos comentadores acerca da indiferença deste narrador. O narrador parece se demorar mais no trâmite causal – o aprisionar da escrava que rende a recompensa que permite o recobrar do filho – do que no aborto, propriamente dito. Se para Evaristo de Moraes as “pinturas devem falar por si só”, aqui as mesmas jazem em estado de mudez. Há certa economia na pintura que acompanha a economia do gesto

motivador da narrativa. A comoção está em nossos olhos. Ausenta-se do texto. Em outros momentos, o mesmo narrador se detém detalhadamente sobre o corpo, sobre o gesto, pinta a ação com vividez, para lembrar uma categoria retórica que não parece distante desse particular horizonte de expectativa:

Foi arrastando a escrava pela rua dos Ourives, em direção á da Alfandega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava poz os pés á parede, recuou com grande esforço, inutilmente. [...] Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda alli ajoelhou-se, mas em vão. (*idem, ibidem*)

Nesta passagem, o narrador não economiza, descrevendo pormenorizadamente os gestos corporais de resistência à renovada prisão, de modo que é possível acompanhar o movimento do corpo de Arminda batendo-se contra seu captor. Estão postos, nitidamente, diante dos olhos do leitor todos os atos da luta que se metamorfoseia em imagem sensível a ser projetada na mente. Contudo, na passagem anterior, na cena culminante, o narrador condensa todos os movimentos do corpo em um simples verbo terminativo, “e abortou”. Não se colocam em cena explicitamente as causas e efeitos sintetizados nesse único verbo. Nem os gestos que conduziram a esse ponto, nem as evidências materiais do aborto. Tudo se dá fora da descrição do narrador. Este volta seus olhos não para o chão, onde jaz Arminda, mas para os olhos desesperados do proprietário. O aborto é, teatralmente, obsceno, dá-se fora da cena.

Nesse sentido, a imagem “frontal” e “inassimilável” entrevista por Scarpelli parece se ausentar da superfície do texto. Há, talvez, a frieza – antes de ser lida como indiferentismo ou como denúncia contra-ideológica. O narrador mantém a economia preocupada com o nó narrativo principal, a sina do “pai”, colocando a trajetória da “mãe” em plano secundário, superposto pelo primário. Ela aparece quando se choca com o percurso paterno e é exilada da cena quando não mais move a narrativa. Em um conto em que – como todos os comentadores pretéritos e presentes apontaram – a representação da escravidão está em primeiro plano – desde a descrição dos instrumentos e dos cartazes de “procura-se” –, importa fundamentalmente o modo como Arminda é descrita:

Arminda voltou-se sem cuidar malícia. Foi só quando elle, tendo tirado o pedaço de corda da algibeira, pegou dos braços da escrava, que ella comprehendeu e quiz fugir. Era já impossível. [...] A escrava quiz gritar, parece que chegou a soltar alguma voz mais alta que de costume, mas entendeu logo que ninguem viria libertal-a, ao contrario. (*idem, p. 15*)

Arminda é inocente, incapaz de suspeitar de seu destino trágico, a despeito da fragilidade de sua condição – encontrava-se a poucas quadras da casa do ex-proprietário. A voz abafada pela indiferença dos transeuntes se soma aos advérbios que pontuam a passagem

supracitada – “recuou... inutilmente”, “ajoelhou-se, mas em vão”. À Arminda é negada qualquer possibilidade de subjetivação. Sua voz é ignorada, suas preces não são atendidas, seus pedidos de ajuda, ironicamente, rejeitados na rua de nome sugestivo.

Mas, se os contemporâneos de Machado leram nesta descrição a *indiferença* do narrador, não estaria a denúncia implícita na passagem em nossa própria sensibilidade contemporânea? Em um ato de leitura anti-intuitivo, não estaríamos enxergando denúncia onde há a justificação pura e simples da sujeição? Onde a violência se legitima, *naturalmente*, em uma sociedade em disputa bem fundada na ordem?

Provocativamente, gostaria de propor que não há nada que redima esse narrador particular de “Pai contra mãe”, nenhuma comoção, nenhuma ironia. Obviamente, isso nada revela sobre o autor, ator histórico. Mas é precisamente pela convivência do narrador, por sua incapacidade estrutural de enxergar além da ideologia, que é preciso um esforço de interpretação. E se, o aborto do conto, projetado, mas não pintado, constitui-se como evento *obsceno* justamente por ser algo que escapa às categorias descritivas do narrador? Isso é implicar que o narrador não pinta o aborto, porque o aborto é justamente aquilo que extravasa à ideologia. Está aquém e além desta. E se no lacônico “e após algum tempo de luta a escrava abortou” pudermos ler, a despeito do narrador, como um contradiscurso, uma relação de causalidade? E se o aborto tiver sido efeito da luta prolongada e não seu resíduo? E se a luta tiver tido como intento o aborto e não a fuga? A hipótese é obviamente disparatada, mas penso que é possível endossá-la, precisamente, por contrariar a interpretação ideológica do narrador, inapto a compreender uma atitude tal. Como pretendo argumentar a partir de agora, tomar o aborto como intencionalidade dá a Arminda o agenciamento, a possibilidade de subjetivação, que o narrador, paulatinamente, lhe restringe. É ler seu ato para além de uma tentativa “vã”. Ler Arminda não como escrava, mas enquanto sujeito confirmaria o último nível de leitura irônica do texto, isto é, desprezar todos os atos enunciativos e tomá-los por seu reverso. Com o aborto intencional, Arminda romperia com o ciclo da escravidão, independentemente do âmbito estatal da Lei do Ventre Livre. No contexto do máximo aprisionamento do corpo e da vontade, agiria contra seus captores, reorganizando a própria condição da subordinação. Nesse âmbito, penso que o caso de Arminda atualiza a *suprassunção* implicada na dialética do senhor e do escravo em Hegel.

Refiro-me ao processo antropogenético descrito por Hegel na *Fenomenologia do Espírito* (2003) que explicaria a emergência da consciência, de um lado, e a mola elementar

do movimento histórico, por outro. Para Hegel, o esquema dialético aludido está na base do processo de subjetivação, isto é, de autoconsciência. Condição necessária para esse aparecimento (genético, isto é, genealógico, que pressupõe tanto uma historicidade quanto uma repetição) é a consciência posta enquanto diferença de um quadro de determinantes dadas, isto é, o “Eu” como enunciação que se destaca de tudo aquilo que se coloca como “não-Eu” (HEGEL, Parágrafo 178, 2003, p. 142-3).

Contudo, devido à condição social humana, este “Eu” puramente subjetivo, isto é, este “Eu” negativo, enquanto negação da moldura que o circunda, precisa de uma confirmação *objetiva*, ou seja, carece da confirmação de outro “Eu” que confirme sua substancialidade como verdadeira. O problema passa a ser, então, as formas desse reconhecimento. Como o “Eu” solipeista vem a se tornar o “Eu” real, objetivo. O reconhecimento que preenche de substância o “Eu” depende de outra consciência. De uma consciência externa que valide a “verdade” do Eu, conforme sintetiza Alexander Kojève em seu famoso comentário acerca do tema:

O “primeiro” homem que encontra outro, pela primeira vez, de partida atribui uma realidade absoluta e autônoma e, também, um valor autônomo e absoluto a si mesmo: podemos dizer que ele acredita ser um homem, de que tem uma “certeza subjetiva” de ser um homem. Mas sua certeza não é, ainda, um conhecimento. O valor que atribui a si pode ser ilusório; a ideia que ele tem si pode ser falsa ou louca. Para que essa ideia seja verdade, é preciso revelar uma realidade objetiva – isto é, uma entidade que é válida e existe, não apenas por si, mas também para outras realidades. No caso em questão, para realmente ser “homem”, e para se reconhecer enquanto tal, o homem deve impor a ideia que tem de si para outros seres; precisa ser reconhecido pelos outros (no limite, por todos os outros). Ou, uma vez mais, ele precisa transformar o mundo (natural e humano) no qual não é reconhecido em um no qual esse reconhecimento se dá. (KOJÈVE, 1980, p.11, trad. livre).⁴

A questão posta retoma a definição negativa de “sujeito” dada por Hegel, como algo que se destaca das “coisas”, que só pode ser enquanto negação. No sentimento de si, anterior à autoconsciência, o Eu se direciona ao mundo natural e preenche o Em-si por essa natureza, no que configura o processo de autopreservação – meu desejo por comida que é satisfeito abatendo um animal de caça. Para desprender-se do “Em-si”, partilhado pelos animais, o “Eu” deve desejar não coisas, mas desejos: o desejo pelo reconhecimento, condição necessária para

⁴ No original: The "first" man who meets another man for the first time already attributes an autonomous, absolute reality and an autonomous, absolute value to himself: we can say that he believes himself to be a man, that he has the "subjective certainty" of being a man. But his certainty is not yet knowledge. The value that he attributes to himself could be illusory; the idea that he has of himself could be false or mad. For that idea to be a truth, it must reveal an objective reality - i.e., an entity that is valid and exists not only for itself, but also for realities other than itself. In the case in question, man, to be really, truly "men," and to know that he is such, must, therefore, impose the idea that he has of himself on beings other than himself: he must be recognized by the others (in the ideal, extreme case, by all the others). Or again, he must transform the (natural and human) world in which he is not recognized into a world in which this recognition takes place. (KOJÈVE, 1980, p.11)

a autoconsciência, é um desejo pelo *desejo alheio*. Para que o humano possa ser humano ele deve pôr em risco, necessariamente, sua realidade *natural* (animal), preocupada com a manutenção da identidade através do consumo de coisas. A “coisidade” do mundo produziria no Em-si uma identidade estática, “vegetativa”, sempre idêntica a si mesma. Enquanto a abertura ao desejo do outro é a abertura ao infinito, ao tempo, sempre em transformação. (Parágrafo 182, HEGEL, 2003, p. 144)

Para que ocorra a suprassunção do exterior – ou seja, para que o indivíduo seja reconhecido em sua verdade – faz-se preciso arriscar a vida *natural* por um reconhecimento, digamos, *simbólico*. É *necessário* que haja uma luta ritual que coloque em risco a natureza animal para a emergência de uma autoconsciência. Para que a suprassunção ocorra, a luta não pode resultar na morte de ambas as partes, nem na morte de apenas uma das partes. É preciso que um indivíduo desista antes do final. É preciso que sinta medo pela própria natureza, posta em risco, e, portanto, submeta-se ao outro. O vencedor torna-se o *Senhor*, consciente e reconhecido pelo outro; o perdedor, o *Escravo*, aquele que não se entregou até o fim, que temeu pelo seu si, enquanto coisidade, sendo posta a partir daí não como ser-em-si, mas como ser-para-o-outro. Conforme:

A dissolução daquela unidade simples é o resultado da primeira experiência; mediante essa experiência se põem uma pura consciência-de-si, e uma consciência que não é puramente para si, mas para um outro, isto é, como consciência *essente*, ou consciência na figura da *coisidade*. São essenciais ambos os momentos; porém como, de início, são desiguais e opostos, e ainda não resultou sua reflexão na unidade, assim os dois momentos são como duas figuras opostas da consciência: uma, a consciência independente para a qual o ser-para-si é a essência; outra, a consciência dependente para a qual a essência é a vida, ou o ser para um Outro. Uma é o *senhor*, outra é o *escravo*. (HEGEL, Parágrafo 189, 2003, p. 147)

Como coloca Hegel, a posição do senhor supera a *natureza* na medida em que, a partir da conquista posicional, o senhor estabelece uma relação imediata com a consciência do escravo, mas mediada com as coisas. O senhor não mais precisa caçar, pescar ou agir sobre o mundo, mas apenas agir sobre o escravo como mediador de sua relação com as *coisas*. O senhor então só *goza* do trabalho sobre a natureza realizado pelo escravo.

Daí emerge o problema fundamental da dialética: o escravo foi convertido em coisa, em algo essencial, positivo, afirmativo, ligado à natureza. Algo pré-consciente e que, portanto, não pode reconhecer o mestre (aos olhos do mestre). O escravo é reconduzido à sua animalidade e, nesse sentido, não realiza, objetivamente, a realidade do mestre, que se transforma, por sua vez, em uma identidade plana, o *Em-si* que existe somente como negação abstrata do não-Eu (que é o escravo). Agora que o escravo é uma coisa, o desejo do mestre

desejou uma coisa e não outro desejo. Como consequência a categoria “desejo humano” (desejo pelo desejo de outra consciência) se esvazia. Como uma consciência dependente o reconhece; mais uma vez, o Mestre fica em dúvida sobre sua realidade objetiva (KOJÈVE, 1980, p. 19).

Desse modo, a “verdade” da consciência não pode advir do Mestre, mas do escravo. Somente o escravo, ao superar sua condição de escravidão, poderá assumir para si a consciência, tendo em vista que, de partida, cumpre uma das funções essenciais: reconhecer outra consciência (a do Mestre) enquanto tal. Para que o escravo se emancipe, basta que alguém também o reconheça de volta. Mas, para fazê-lo, é preciso, uma vez mais, arriscar sua natureza, superar a condição de coisidade. E é precisamente a escravidão um caminho para legitimar esse processo. Ao trabalhar a natureza, o escravo torna-se senhor dela. Aprende a manufaturar produtos que não serão consumidos, aprende a postergar seu desejo em prol de um desejo do mestre. É pelo trabalho que o escravo evade sua condição natural que, no primeiro momento (da luta), foi posta como valor único e incontornável. Pelo trabalho, o escravo reconhece um valor outro que não a vida *natural*. Conforme:

O Escravo, por outro lado, nunca quis ser Escravo. Ele se tornou Escravo porque ele não quis arriscar sua vida para se transformar em Mestre. Em seu terror mortal ele entendeu (sem perceber) que uma condição dada, fixa e estável, mesmo que seja a do Mestre, não pode exaurir as possibilidades da existência humana. Ele “entendeu” a “ vaidade” das condições dadas de existência. (KOJÈVE, 1980, p.22, trad. livre)⁵

No trabalho realizado, o escravo encontra outro tipo de dignidade. É ali que atualiza seus projetos e seus desejos que são apenas sumariamente consumidos pelo mestre, num estado de sedentarismo de impossível dissolução. Se o “terror” de perder a própria vida conduziu o escravo à escravidão, em primeiro lugar, é o trabalho forçado pelo “terror” que leva o escravo a superar sua condição:

De um lado, este trabalho um Mundo real e objetivo, que é um Mundo não-natural, um Mundo histórico, cultural e humano. E é somente nesse Mundo que alguém vive uma vida essencialmente diferente da dos animais (e dos homens “primitivos”) no seio da Natureza. De outro lado, este trabalhos libera o Escravo do terror que o atou a uma Natureza dada e a sua própria natureza animal. É por intermédio do trabalho

⁵ No original: The Slave, on the other hand, did not want to be a Slave. He became a Slave because he did not want to risk his life to become a Master. In his mortal terror he understood (without noticing it) that a given, fixed, and stable condition, even though it be the Master’s, cannot exhaust the possibilities of human existence. He “understood” the “vanity” of the given conditions of existence. (KOJÈVE, 1980, p. 22)

executado sob o terror, a serviço do Mestre, que o Escravo se liberta do terror inicial que o escravizou. (KOJÈVE, 1980, p.26, trad. livre)⁶

Através do trabalho forçado, o terror traumático, que fez o escravo regredir a uma condição “natural”, é superado. Na constância do trabalho atemorizado, o escravo transcende o terror. Ao mesmo tempo em que se subjetiva pelo e *no* trabalho realizado. O trabalho cria um mundo “artificial” pronto a reconhecer a consciência do escravo. É seu agir no mundo que cria um mundo no qual sua consciência pode se colocar:

Somente o Escravo pode transcender o Mundo dado (que é subjugado pelo Mestre) e não perecer. Somente o Escravo pode transformar o Mundo que o engendra e o fixa na posição de escravo, engendrando em seu lugar um no qual é livre. E o Escravo o faz somente por meio do trabalho imposto e atemorizado realizado sob a tutela do Mestre. Este trabalho, em si mesmo, não o liberta. Mas ao transformar o mundo, o Escravo transforma a si mesmo também e assim produz as novas condições objetivas que permitam a ele, uma vez mais, tomar parte na Luta libertadora pelo reconhecimento que, em um primeiro momento, ele recusou por medo da morte. (KOJÈVE, 1980, p. 29-30)⁷

Assim se entende a proposição de Hegel de que “a *verdade* da consciência independente é por conseguinte a *consciência escrava*” (Parágrafo 193, 2003, p. 148). Somente o Escravo que perpassou todo o processo poderá autonomamente reivindicar uma subjetivação e superar o (falso) Mestre.

No conto de Machado de Assis, o valor máximo posto em cena é a vida. Cândido Neves realiza todas as suas ações em vias de preservar essa vida, de seu filho. Especularmente, Arminda está disposta a sacrificar essa vida, superando o terror paralisante inicial. Nesse sentido, o aborto seria o supremo ato ético humano, na medida em que arrisca a vida natural (ideologicamente valorizada no conto) em prol de um outro valor: a liberdade. Se pensarmos o aborto como um esforço intencional da personagem, então esta se apresenta não mais como escrava, mas como Mestra, como sujeito autoconsciente. O terror inspirado pelos

⁶ On the one hand, this work creates a real objective World, which is a non-natural World, a cultural, historical, human World. And it is only in this World that one lives an essentially different life from that of animals (and “primitive” man) in the bosom of Nature. On the other hand, this work liberates the Slave from the terror that tied him to given Nature and to his own innate animal nature. It is by work in Master’s service performed in terror that the Slave frees himself from the terror that enslaved him to the Master. (KOJÈVE, 1980, p. 26)

⁷ Only the Slave can transcend the given World (which is subjugated by the Master) and not perish. Only the Slave can transform the World that forms him and fixes him in slavery and create a World that he has formed in which he will be free. And the Slave achieves this only through forced and terrified work carried out in the Master’s service. To be sure, this work by itself does not free him. But in transforming the World by this work, the Slave transforms himself, too, and thus creates the new objective conditions that permit him to take up once more the liberating Fight for recognition that he refused in the beginning for fear of death. (KOJÈVE, 1980, p. 29-30)

instrumentos de tortura descritos por Machado não mais lhe afeta. O terror inspirado pela iminência da morte não mais lhe afeta. A personagem abraça a morte como projeto de fuga genuína, entendendo que há algum valor maior do que a vida nua, do que sua permanência. É aí, quando se apresenta esse excesso de sentido do qual o narrador afasta os olhos. É esse excesso de sentido, completamente inexplicável para a lógica do “mestre”, que o narrador evita, ao ser incapaz de interpretar. O narrador, ao prender-se inescapavelmente ao mundo dado da ideologia, não pode figurar aquilo que o desafia, aquilo que o coloca em risco e o dissolve. Arminda figura no conto o mundo possível nesse aborto. A luta travada pela personagem é a de evadir não à prisão, mas à escravidão e à própria condição de escrava. O “desespero” do gesto do Mestre configura-se então como o desespero ao assistir o primeiro indício da ruína do mundo ao qual está atado. O aborto rompe o ciclo da posse herdada e, com ele, o ciclo da dominação

Nesse sentido, o ato do escritor também parece se configurar eticamente: ao sacrificar seu narrador, que se atrela servilmente à ideologia, o escritor paga a morte do “Eu” que fala no conto com o nascimento do leitor. Está sobre o leitor a responsabilidade. Não em ler a frieza evidente do narrador, mas em ler os indícios de um mundo em ruína e as centelhas de um mundo possível. Dialeticamente, é preciso ler Arminda não apenas como substância, mas como sujeito. Ler suas possibilidades de subjetivação e não submetê-la à lógica implacável da “vítima” que manteria ileso o painel de semelhanças ao qual se contrapõe. O segredo do texto não estaria, portanto, no “dito”, mas precisamente naquilo que é incapaz de dizer. Se o narrador machadiano, como quer a crítica, não é “confiável”, então o exercício mais radical de leitura seria ler seu relato *a despeito* dele, contra ele, ler seus silêncios e entreditos. É neste silêncio que se encontra a possibilidade, frágil, mas, talvez, “franca e sincera” de superar o olhar acachapante da ideologia.

Aceitar passivamente o efeito de leitura como algo apreensível, ingenuamente, de modo empírico é ser complacente (de modo inconsciente ou não) com a ideologia que estabelece este grau zero da interpretação. É preciso uma leitura, anterior à interpretação, que pressuponha teoria já na ação mínima de debruçar-se sobre o texto. Só assim torna-se possível a libertação dos olhos do narrador de Machado, torna-se possível desembaçar as nossas lentes e ver aquilo que, nelas, a ideologia recalca.

Referências

ASSIS, M. “Pai contra mãe” em *Relíquias de Casa Velha*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1906, pp. 3-17.

AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. Trad: J. Guinsburg. 6ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOSI, A. *Machado de Assis - O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.

DUARTE, E. “Literatura afro-brasileira: um conceito em construção” Em *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 31, 2008, pp.11-23.

HEGEL, G.W. *Fenomenologia do Espírito*. Trad: Paulo Meneses com a colaboração de Karl-Heinz Effen e José Nogueira Machado. 2ª Edição Revisada. Petrópolis: Vozes, 2003.

KOJÈVE, A. *Introduction to the reading of Hegel: Lectures on the Phenomenology of Spirit*. Org: Raymond Queneau. Edição: Allan Bloom. Trad: James H. Nichols, Jr. Cornell University Press, 1980.

MANGUEIRA, J. “ ‘Nem todas as crianças vingam’: Relação social em ‘Pai contra mãe’” Em *Darandina – Revista de Pós-Graduação em Letras UFJF*, v. 2, no. 1, 2010, pp. 1-11.

MORAES, E. “A Escravidão nas Bellas Letras” Em *Revista Americana*, Edição 1 1917, pp. 47-61. Disponível em Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Acesso em: 31 de junho de 2018.

NEVES, R. “‘Pai contra mãe’ De Machado de Assis: um grito contra a escravatura” Em *Babilônia - Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*, [S.l.], n. 04, dec. 2010. ISSN 1646-3730.

PROENÇA FILHO, D. “A trajetória do negro na literatura brasileira” em *Estudos Avançados*. Vol 18, no. 50, São Paulo Jan-Abril, 2004. ISSN: 1806-9592.

PUJOL, A. *Machado de Assis*. 1ª Edição. São Paulo: Typographia Brazil, 1917.

ROMERO. S. *Machado de Assis – Estudo comparativo de literatura brasileira*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Laemert & C. Editores, 1897.

SCARPELLI, M. “‘Pai Contra Mãe’ de Machado de Assis: a negativa das negativas” em *Via Atlântica*, n. 6, 2003, pp. 121-133.

SCHNEIDER, A. “Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos” Em *Intelligere – Revista de História Intelectual*, vol 2., no. 2, Set-Dez de 2016, pp. 49- 67 ISSN 2447-9020. Belo Horizonte: UFMG, 2008.